



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE MASSINGA PROVÍNCIA DE INHAMBANE



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima e Solos	2
1.3 Infra-estruturas	3
1.4 Economia e Serviços	3
2 História e Cultura	5
3 Cenário político actual e sociedade civil	7
4 Demografia	8
4.1 Estrutura etária e por sexo	8
4.2 Traço sociológico	8
4.3 Línguas faladas	9
4.4 Analfabetismo e Escolarização	9
5 Habitação e Condições de Vida	11
6 Organização Administrativa e Governação	13
6.1 Governo Distrital	13
6.2 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	14
6.2.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	15
6.2.2 Obras Públicas e Habitação	15
6.2.3 Comércio e Turismo	17
6.2.4 Educação e Saúde	17
6.2.5 Cultura, Juventude e Desporto	18
6.2.6 Mulher e Coordenação da Acção Social	19
6.2.7 Justiça, Ordem e Segurança pública	19
6.3 Desminagem	20
6.4 Finanças Públicas	20
6.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	21
6.6 Apoio externo e comunitário	21
7 Posse e Uso da Terra	23
7.1 Posse da terra	23
7.2 Trabalho agrícola	24
7.3 Utilização económica do solo	24
7.3.1 Agricultura	24

7.3.2	Pecuária e Avicultura	25
7.3.3	Produção não agrícola	25
8	Educação	26
9	Saúde e Acção Social	29
9.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	29
9.2	Acção Social	30
10	Género	32
10.1	Educação	32
10.2	Actividade económica e exploração da terra	33
10.3	Governança	34
11	Actividade Económica	35
11.1	População economicamente activa	35
11.2	Rendimento e consumo familiar	36
11.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	37
11.4	Infra-estruturas de base	38
11.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	39
11.5.1	Zonas agro-ecológicas	39
11.5.2	Infra-estruturas e equipamento	40
11.5.3	Produção agrícola e sistemas de cultivo	40
11.5.4	Pecuária	41
11.5.5	Pescas, Florestas e Fauna bravia	42
11.6	Exploração Mineira	42
11.7	Indústria, Comércio e Serviços	42
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Massinga	44
	Documentação consultada	46

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	8
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	8
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	9
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	9
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	10
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	11
TABELA 7:	Programas de acção social, 2000-2003	19
TABELA 8:	População, por condição de frequência escolar	26
TABELA 9:	População, por nível de ensino que frequenta	27
TABELA 10:	População, por nível de ensino concluído	27
TABELA 11:	Escolas, alunos e professores, 2003	28

TABELA 12:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	29
TABELA 13:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	29
TABELA 14:	População, por condição de orfandade, 1997	30
TABELA 15:	População deficiente, por idade e residência, 1997	30
TABELA 16:	Programas de acção social, 2000-2003	31
TABELA 17:	População activa, processo de trabalho e actividade, 2005	36
TABELA 18:	Rede de Estradas	38
TABELA 19:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	41

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	11
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	12
FIGURA 3:	Habitações, por tipo de acesso a água.....	12
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	20
FIGURA 5:	Estrutura de exploração agrária da terra	24
FIGURA 6:	Explorações e área, por culturas principais	25
FIGURA 7:	População, por nível de ensino que frequenta	26
FIGURA 8:	Quadro epidémico, 2003.....	30
FIGURA 9:	Indicadores de escolaridade, por sexos.....	32
FIGURA 10:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	33
FIGURA 11:	População activa, processo de trabalho e actividade, 2005.....	35
FIGURA 12:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	36
FIGURA 13:	Distribuição das famílias, por rendimento mensal	37



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Massinga está situado na zona central da província de Inhambane, tendo como limites, a Sul os distritos de Funhalouro e Morrumbene, a oeste o distrito de Funhalouro, a Norte e Nordeste o distrito de Vilankulo, e a Este o oceano Índico.

Com uma superfície¹ de 7.458 km² e uma população recenseada em 1997 de 186.650 habitantes e estimada à data de 1/1/2005 em cerca de 228.117 habitantes, o distrito de Massinga tem uma densidade populacional de 30.6 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.3, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 13 pessoas em idade activa.

A população é jovem (43%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 43%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 10%).

1.2 Clima e Solos

O clima do distrito é dominado por zonas do tipo tropical seco, no interior, e húmido, à medida que se caminha para a costa, com duas estações: a quente ou chuvosa que vai de



Outubro a Março e a fresca ou seca de Abril a Setembro.

A zona litoral, com solos acidentados e permeáveis, é favorável para a agricultura e pecuária, apresentando temperaturas médias entre os 18° e os 30° C. A precipitação média anual na época das chuvas (Outubro a Março) é de 1200mm, com maior incidência nos meses de Fevereiro e Março, em que chegam a ocorrer inundações.

A zona interior do distrito apresenta solos franco-arenosos e areno-argilosos e uma precipitação média anual de 650 a 750mm, com temperaturas elevadas, que provocam deficiências de água.

O distrito do Massinga é banhado pelo Oceano Índico a Leste, não sendo atravessado por nenhum rio de caudal permanente.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

1.3 Infra-estruturas

O distrito de Massinga é atravessado em toda a sua extensão pela EN1. A maioria da sua **rede de estradas** interiores e de ligação com outros distritos, com uma extensão de 600 km, encontra-se em estado transitável.

O **abastecimento de água** potável a muitas comunidades é deficiente. Existem povoados que distam 21Km da fonte de água mais próxima, havendo outros cujas populações têm que percorrer até meio dia para a alcançar.

De acordo com os dados do Censo de 1997, só a vila de Massinga beneficia de **energia eléctrica**, que cobre cerca de 1% da população total do distrito.

O distrito de Massinga possui 96 escolas (das quais, 83 do ensino primário nível 1), e está servido por 10 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 23 mil pessoas;
- Uma cama por 3.500 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 3.800 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas e pontes quase na época das chuvas tem problemas de transitabilidade.

1.4 Economia e Serviços

Massinga é um distrito com uma densidade populacional relativamente elevada, sendo de referir a ocorrência de alguns conflitos pela posse de terras e áreas para construção.

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais, nomeadamente mapira e milho, embora os camponeses ainda produzam amendoim e feijão nhemba sem grande sucesso, assim como no caso da cultura do milho.

A irregularidade da precipitação, a grande vulnerabilidade às calamidades naturais condiciona o potencial de produção agrícola às áreas irrigadas existentes, de pequena

dimensão, já que a região é considerada marginalmente apta para o desenvolvimento de agricultura irrigada. O distrito possui cerca de 150 hectares de regadios não operacionais por avarias de equipamentos e destituições causadas pelas cheias.

O fomento pecuário tem sido fraco. Porém, a tradição na criação de gado conduziu ao crescimento do efectivo bovino de 8 mil cabeças em 2000, para cerca de 11.400 em 2004.

Dada a existência de boas áreas de pastagem e de fontes de água próximas, existem boas condições para o desenvolvimento da pecuária no distrito, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

O distrito debate-se com problemas de erosão e de desflorestamento. A lenha e o carvão são os principais combustíveis domésticos, sendo a madeira é muito utilizada na construção das casas.

Coqueiros, cajueiros, citrinos, papaieiras e bananeiras são as árvores de fruto mais plantadas no distrito. A fauna bravia fornece um suplemento importante para a alimentação das famílias locais. Sendo um distrito costeiro, o peixe está, naturalmente, incluído nos hábitos alimentares das famílias.

O distrito de Massinga inclui algumas zonas da área de direitos de exploração do gás, ainda que não esteja abrangido pela actual zona de processamento e produção.

Todavia, este empreendimento constitui, para toda a região, uma plataforma de desenvolvimento importantíssima que, se devidamente integrada, poderá conduzir ao rápido desenvolvimento económico e social de toda a província de Inhambane.

O distrito está bem integrado nas redes de mercados da região sul do país. O escoamento de muitos produtos faz-se por intermédio de comerciantes de Maputo e de outras partes da província.

O distrito de Massinga não possui nenhum sistema formal de crédito implantado. As possibilidades de acesso ao crédito derivam de prática no sector informal, nomeadamente dos comerciantes locais.

2 História e Cultura

A população fala basicamente a língua Xitswa, meio de comunicação entre as populações das diferentes comunidades. Na vila sede podem ser encontrados pequenos núcleos falantes de outras línguas nacionais, fruto das migrações.

As casas são basicamente feitas de pau, variando de zona para zona, mas, geralmente, a casa redonda constitui a maior preferência e, numa casa poderão existir várias rondáveis conforme o número de filhos que o casal tiver.

Geralmente as famílias possuem o seu cemitério na qual compartilham com diferentes linhagens que convivem na comunidade. Entretanto, há casos de cemitérios exclusivos de uma clã. A expansão do cristianismo, influenciou a organização social, havendo, por isso, alguns cemitérios comunitários de iniciativa das igrejas. Em matéria de separação de cemitérios por afinidades religiosas, destaque vai para a comunidade muçulmana que, geralmente, tem o seu cemitério.

História do Distrito

Pelo então Governador do distrito de Inhambane e através do ofício nº 28 datado de 2 de Março, foi dado a conhecer que havia sido estabelecido o comando de Vilanculos e Muabsa.

Entretanto, nas terras que compreendiam o então conselho, já existia em 1894 o Comando Militar de Massinga e estava feita a divisão militar do território, mas em Massinga não funcionava como unidade autónoma, visto que só por Diploma de 30 de Junho desse ano aparece pela primeira vez o Comando Militar de Massinga.

Em 1897, por Decreto nº 38 da então província de Moçambique, de 22 de Fevereiro, é dotado o Comando Militar de Massinga, com um comandante de vencimento de soldo da patente de 240 mil réis de gratificação, um adjunto com 100 réis diários e um intérprete com 120 réis por ano. Este comando subordinava-se ao então distrito de Gaza, atendendo que o então distrito de Inhambane também se subordinava àquele extinto distrito por força do disposto no Decreto 78-b, de 7 de Dezembro de 1895.

Em 1907, e por Decreto com força de Lei de 23 de Maio, é extinto o então distrito de Gaza, passando algumas terras a pertencer ao de Inhambane. Desta data em diante ficou Massinga a estar subordinada a este distrito, tanto civil como militar.

Por Decreto de 27 de Junho, foi extinto o comando militar de Massinga e criada a circunscrição civil com sede na localidade do mesmo nome ficando com a área do comando militar, tendo mais tarde sido desdobrada em dois postos administrativos, o da sede e o de Nhambuica.

Através da Portaria nº 25 de 10 de Fevereiro de 1916, classifica-se em 1ª classe e reserva-se uma área de 3 km de raio, destinado ao projecto de povoação de Massinga e seus subúrbios, indicando como centro da reserva o ponto da implantação no terreno do mastro da bandeira da sede da então circunscrição.

Em 1923, com o posto administrativo de Nhambuica e com a extinção da circunscrição de Mocodoene, por Portaria nº 511, de 29 de Junho, passou a região dos Urongas a pertencer a esta circunscrição, ficando a sua área completamente definida.

Por Portaria nº 1335, de 13 de Junho de 1931, é extinto o posto administrativo de Nhambuica, continuando no entanto, a sua área a pertencer a circunscrição de Massinga, que assim passou a ter um só posto administrativo, o da sede.

Em 1934, através da Portaria nº 2189, de 14 de Fevereiro, foi extinta a circunscrição civil de Massinga, a fim de reduzir com as despesas de administração civil, passando ao posto administrativo da vizinha circunscrição de Morrumbene.

Por força da portaria nº 2415, de 30 de Janeiro de 1935, é classificada de 3ª ordem, a povoação de Massinga, a qual aprovada a respectiva planta, devidamente catalogada e autenticada os limites dos seus subúrbios.

Após a independência nacional em 1975, as circunscrições passaram a estatuto de distrito e o distrito de Massinga se estendeu territorialmente até Funhalouro (posto administrativo). Em 1986 e com vista a tornar mais operacionais as estruturas administrativas, foram criados alguns distritos como é o caso de Funhalouro, ficando assim Massinga reduzido territorialmente.

3 Cenário político actual e sociedade civil

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais. Este trabalho culminou com a legitimação pelas respectivas comunidades e o reconhecimento pela autoridade competente de 26 líderes comunitários locais.

A relação entre a Administração e as autoridades comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito.

Em relação à religião existem várias crenças no distrito e representantes das respectivas hierarquias e que se têm envolvido, em coordenação com as autoridades distritais em várias actividades de índole social. A religião dominante é a Sião/Zione, praticada pela maioria da população do distrito.

4 Demografia



A superfície do distrito é de 7.458 km² e a sua população está estimada em 228 mil habitantes à data de 1/1/2005. Com uma densidade populacional de 31 hab/km², prevê-se que o distrito em 2010 venha a atingir os 266 mil habitantes.

4.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (43%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 43% e uma taxa de urbanização de 10%, concentrada na Vila de Massinga e zonas periféricas de matriz semi-urbana. A estrutura etária reflecte uma relação de dependência de 1:1.3, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 13 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e +
DISTRITO DE MASSINGA	228.117	34.434	62.830	90.413	30.086	10.353
Homens	97.576	17.068	31.418	32.763	11.727	4.601
Mulheres	130.541	17.367	31.412	57.651	18.359	5.752
P.A. de MASSINGA	169.723	25.665	47.334	67.358	21.762	7.603
Homens	72.737	12.770	23.621	24.473	8.448	3.426
Mulheres	96.986	12.895	23.714	42.886	13.314	4.177
P.A. de CHICOMO	58.394	8.769	15.496	23.055	8.324	2.750
Homens	24.839	4.297	7.797	8.290	3.279	1.176
Mulheres	33.555	4.472	7.698	14.765	5.045	1.574

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

4.2 Traço sociológico

Das 54.314 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico alargado (46%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
31,7%	41,3%	27,0%	4,2	1,8	2,4
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
14,4%	1,3%	13,9%	17,8%	6,6%	46,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
33,9%	66,1%	23,4%	34,6%	3,1%	5,1%
Com Crença Religiosa					
Total	Católica	Evangélica	Zione	Animista	Outra
100,0%	20,8%	21,0%	42,4%	0,5%	15,8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

4.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Chichopi*, da população do distrito com 5 ou mais anos de idade, 41% têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MASSINGA	41,2%	21,7%	19,5%	58,8%	23,9%	34,9%
5 - 9 anos	3,6%	1,8%	1,8%	11,6%	5,6%	6,0%
10 - 14 anos	10,5%	5,6%	4,9%	6,7%	3,1%	3,6%
15 - 19 anos	8,4%	4,0%	4,3%	5,3%	2,5%	2,8%
20 - 44 anos	15,2%	7,4%	7,9%	17,7%	7,1%	10,6%
45 anos e mais	3,5%	2,9%	0,6%	17,4%	5,6%	11,8%
P.A. de MASSINGA	43,2%	22,5%	20,7%	56,8%	19,2%	37,6%
P.A. de CHICOMO	35,4%	19,5%	15,9%	64,6%	21,9%	42,7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

4.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 41% da população alfabetizada, predominantemente homens, o distrito de Massinga tem uma taxa de escolarização baixa, constatando-se que 47% dos seus habitantes, principalmente residentes no posto administrativo sede, frequentam ou já frequentaram a escola primária.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MASSINGA	59,1%	46,6%	67,9%
5 - 9	82,5%	81,8%	83,2%
10 - 14	42,1%	38,8%	45,5%
15 - 44	49,6%	32,7%	59,1%
45 e mais	77,2%	51,4%	94,6%
P.A. de MASSINGA	57,2%	45,2%	65,8%
P.A. de CHICOMO	64,4%	50,7%	74,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

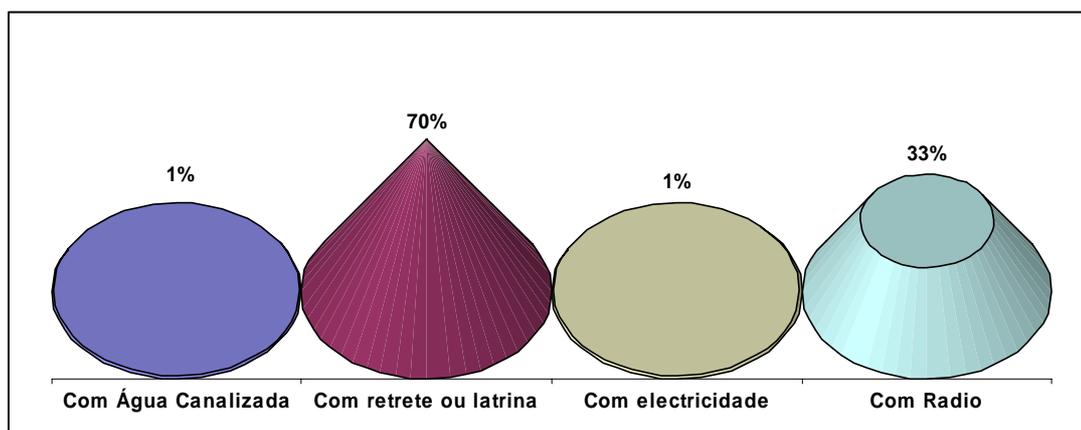
5 Habitação e Condições de Vida



O tipo de habitação modal do distrito é “a *palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispondo de uma bicicleta em cada seis famílias, e vivendo em palhotas com latrina e água colhida directamente em poços ou furos*”. As casas de madeira e zinco (7%) e de bloco ou tijolo (3%) representam 10% das habitações do distrito, a sua maioria localizadas nas Vilas de Massinga.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

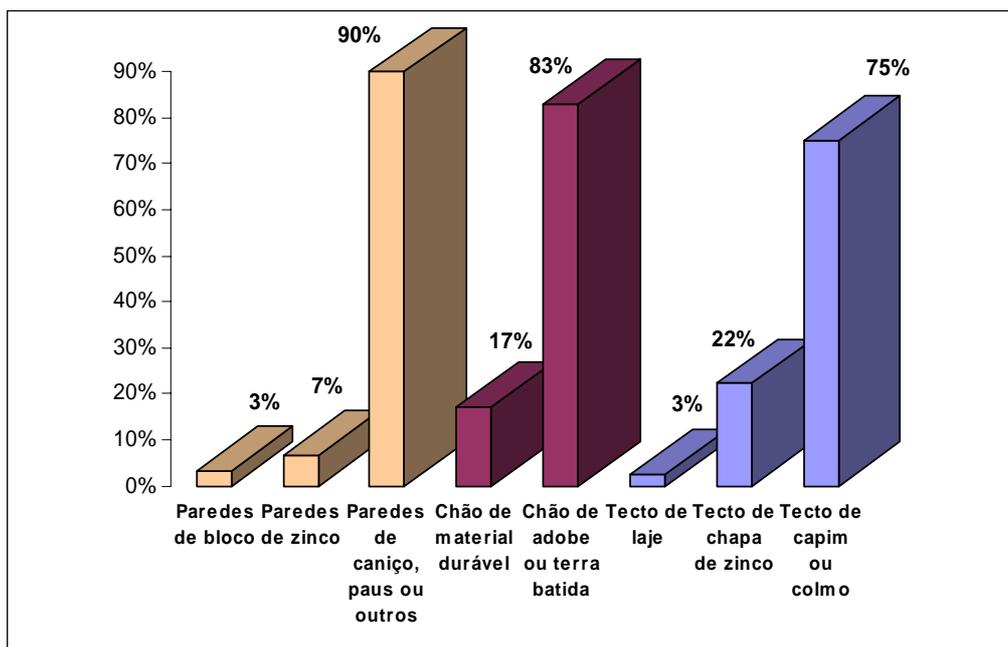
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TOTAL		TIPO DE HABITAÇÃO					
			Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
DISTRITO DE MASSINGA	43.417	186.489	2.876	16.608	1.205	6.155	39.336	163.726
Com Água Canalizada	1%	1%	3%	3%	3%	3%	1%	1%
Com retrete ou latrina	70%	76%	91%	93%	90%	93%	68%	74%
Com electricidade	1%	1%	5%	5%	3%	4%	1%	1%
Com Radio	33%	42%	54%	63%	66%	71%	30%	39%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

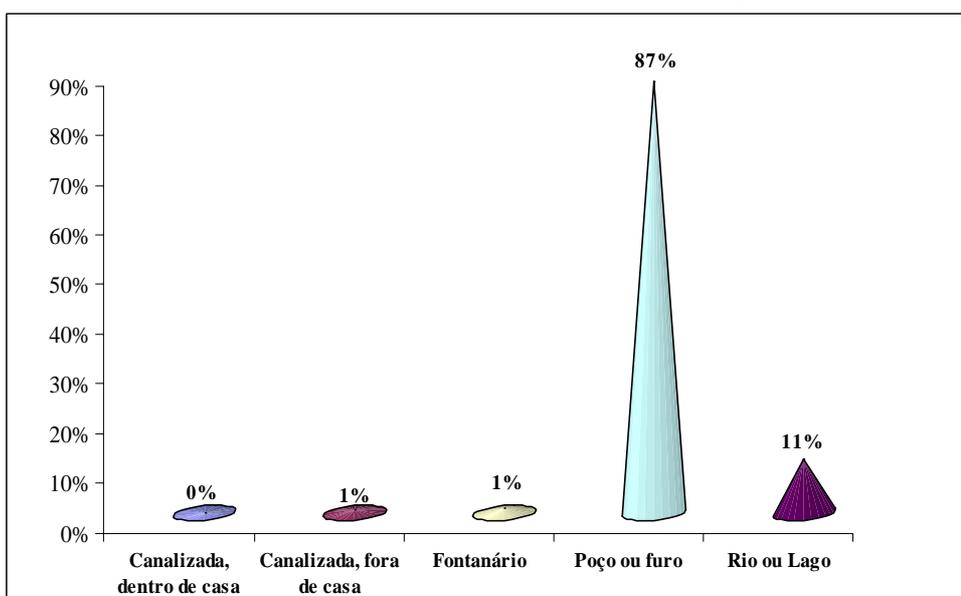
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito recorre directamente a poços ou furos (87%) e do rio ou lago (11%). Os pequenos sistemas de fontanários e de canalização, na sua maioria fora de casa, cobrem somente 2% das habitações, predominantemente na vila de Massinga.

FIGURA 3: Habitações, por tipo de acesso a água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

6 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem dois Postos Administrativos: Massinga-Sede e Chicomo que, por sua vez, estão subdivididos em 5 Localidades, para além da Vila de Massinga, on o distrito tem a sua sede.

Posto Administrativo	Localidades
Massinga Sede	Rovene Liondzane Guma
Chicomo	Chicomo Malamba

6.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital do Comércio, Indústria e Turismo;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Órgãos de Justiça (Registo e Notariado e Tribunal Judicial);
- Comando Distrital da PRM.

Com um total de 47 funcionários (dos quais, 12 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Médios	2
■ Assistentes Técnicos	11
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	15
■ Pessoal auxiliar	19

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida

pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as funções de dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural e coordenar o funcionamento dos órgãos do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

6.2 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo transcrevendo o rol de funções oficiais das Administrações já publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento social e económico do distrito.

6.2.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais e, em algumas regiões, com o recurso à tracção animal e tractores. Em média, as famílias camponesas exploram uma área próxima de 1 hectare.

O início do século foi marcado por chuvas acima do normal e, nos anos seguintes, com o cenário de estiagem e seca criou-se uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

Está-se a programar o desenvolvimento da agro-indústria, com a aquisição de um engenho de transformação de mandioca e introdução de culturas de rendimento, com base no aproveitamento das zonas húmidas nas baixas de Chilácua, para o lançamento da cultura de um bananal, e em Ngomane para a construção de um micro-regadio.

Foram, ainda, adquiridas bombas pedestais que beneficiaram o Centro de Multiplicação de Plantas e Essências Florestais do Rio-das-Pedras e um outro agricultor privado de Guma.

Deram entrada 38 processos de pedidos de uso e aproveitamento da terra, a maior parte para fins habitacionais. Foram igualmente registados pedidos de uso da terra para fins de comércio, prática de actividades religiosas e exploração de actividade turística. Em relação aos pedidos de terra para construção, deram entrada e foram emitidas as devidas licenças após aprovação dos projectos, das quais 27 são para habitação, comércio e outros fins.

6.2.2 Obras Públicas e Habitação

Tem a seu cargo a execução do investimento e promoção da manutenção de infra-estruturas locais, nomeadamente:

- Estão em curso as obras de construção de salas de aulas e de casas para os professores nas Escolas Completas de Nhachengue, Unguana e Chuhundze.

- Em relação à reabilitação do Centro de Saúde da Sede do distrito, as obras continuam paralisadas.
- Com base na nova abordagem da Política Nacional de Água, foram abertos 9 furos e reabilitados outros 3 furos e 5 poços com financiamento do Governo da Irlanda, que beneficiam os povoados a seguir indicados:

Povoados	Abertura de		Reabilitação de Furos	Empreiteiro
	Furos	Poços		
Muconjo	1			Mozágua
Chiundze	1		1	Padilha
Mabihal				Mozágua
Tsumbane I	1			Mozágua
Tsumbane II	1			Mozágua
Chilácua	1	1		EPAR
Basso		1		EPAR
Bairro Cimento		1		EPAR
C.Apoio à Velhice	1			Mozágua
EPC Massinga	1			Mozágua
Morrungulo			1	Mozágua
Anhane		1		EPAR
Maguezane		1		EPAR
Muvinzule	1			Mozágua
Macaringa I	1			Mozágua
EP1 Guma baixo			1	Mozágua
Total	9	5	3	

Fonte: Administração do Distrito

- Para além das comunidades que já beneficiaram de fontes de água, 20 comunidades de diferentes localidades contribuíram com valores monetários, tendo conseguido reunir o valor necessário para a abertura de fontes, já se encontrando no terreno as equipas que vão realizar o estudo de geofísica.
- Foram ainda efectuadas as seguintes obras e reparações:

Corte na estrada de Morrungulo	Obras Públicas	Restabelecido o trânsito no local do corte, com a construção de mais dois aquedutos
Corte da ER 421 no Km 4.5	Obras Públicas	Restabelecido o trânsito com a construção de um aqueduto no Km 4,5 da Estrada ER421.
Submersão da casa das máquinas da Estação de Captação de Água na Vila de Massinga, na sequência das chuvas intensas registadas em Junho	Administração do Distrito	Retirado o equipamento degradável que havia ficado submerso. Está em estudo a definição das acções subsequentes, no quadro da reabilitação do PSAA de Massinga.
Destruição parcial de casas no Centro	IMUM (Igreja Metodista Unida)	Recuperadas com o apoio da DPMCAS.

de Apoio à Velhice de Anhane	de Moçambique)	
Destruição parcial de casas de culto	Comunidades religiosas	Reabilitação feita com o apoio dos próprios crentes.
Danos em armazéns e estabelecimentos comerciais	Privados	Reparados de imediato
Muro da residência oficial do Administrador	Administração do Distrito	Feita a reposição integral, incluindo a construção de uma capoeira para aves, na iminência de desabamento da outra.
Destruição da casa de banho do pessoal serventuário	Administração do Distrito	Construída uma nova casa de banho para o pessoal serventuário da residência oficial do Administrador

Fonte: Administração do Distrito

Apesar dos esforços realizados, o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas terciárias que na época das chuvas tem problemas de transitibilidade, pelo que é essencial a afectação de recursos públicos para a sua reabilitação corrente.

6.2.3 Comércio e Turismo

Não foi licenciado nenhum estabelecimento do género, mantendo-se, assim, a sua rede de 8 carpintarias, 1 fabriqueta de sabão, 2 padarias, 30 fornos, 12 serralharias e 1 moageira.

A rede comercial do distrito possui 139 139 estabelecimentos inoperacionais e 112 lojas abertas, não se incluindo as bancas em processo de transformação em comércio precário nos termos do Decreto 43/98, das quais já foram licenciadas, 4 e 6, respectivamente.

6.2.4 Educação e Saúde

Foram alocados, para reparar escolas, 600 chapas de zinco, 153 barrotes, 3.000 pregos para chapas, 50Kg de arame, 50Kg de pregos diversos, 40 sacos de cimento, 2 tendas, 100 quadros pretos e 10 Kits/escola.

A distribuição deste material foi priorizada às salas e casas de construção convencional e às EPC's sem fundo de funcionamento, tendo deste modo beneficiado as escolas primárias do 1º grau de Matingane, Tevele, Mahocha, Morrungulo, Guma-Baixo e Anhane e as EPC's de Marrúcuá, Malova, Chilácuá, Nhachengue e Chipongo, cujas quantidades e tipo de materiais atribuídos a cada uma vêm expressos no mapa em anexo.

Está em curso a construção de salas de aulas e de residências para os professores nas escolas primárias de Unguana, Nhachengue e Chiúnze, com investimentos centralizados na Direcção Provincial de Educação.

Foi iniciada a implementação do programa de Apoio Directo às Escolas (ADE), do Ministério da Educação. Para o efeito, a DDE recebeu 386.1 mil contos, tendo sido realizado trabalho organizativo junto das escolas beneficiárias, com vista a assegurar a implementação do programa sem qualquer tipo de constrangimento.

Paralelamente, foi feita a distribuição de livros escolares que beneficiou alunos do ensino primário, mais concretamente das classes iniciais.

6.2.5 Cultura, Juventude e Desporto

Há que destacar a preparação de 3 atletas apurados na fase provincial para a fase nacional dos Jogos Nacionais, bem como a realização de jogos de futebol nos tempos livres para troca de experiências entre os alunos.

Incentivou-se o desenvolvimento cultural, incluindo a investigação histórica das próprias escolas, no seio da camada juvenil nas EPC's de Malova e da sede do distrito e na ETP.

Com o objectivo de actualizar o banco de dados procedeu-se ao levantamento das casas que projectam cassetes de vídeo, tendo sido apuradas 5 em situação ilegal. Os seus proprietários foram intimados a observar rigorosamente o preconizado na Lei 6/99 de 2 de Fevereiro e respectivo Regulamento.

Foram realizados 3 espectáculos musicais, 5 sessões culturais e 1 festival que reuniram cerca de 8.000 espectadores, para além de exibições culturais nas datas festivas a que assistiram cerca de 4.000 pessoas. A Biblioteca Distrital atendeu 6 leitores locais e 5 domiciliários.

Neste âmbito, foram realizadas 9 representações teatrais por grupos culturais juvenis, no âmbito da prevenção e combate ao HIV/SIDA, tendo beneficiado cerca de 450 pessoas. Outra acção neste âmbito é a participação da juventude na prática de várias modalidades desportivas, sobretudo nas datas comemorativas.

Com o objectivo de organizar um campeonato a nível da zona sul, foram promovidas reuniões com os dirigentes de quase todas as equipas existentes no distrito e os

representantes de 3 equipas federadas, com o objectivo de encorajar a sua participação no campeonato provincial.

6.2.6 Mulher e Coordenação da Acção Social

À DDMCAS compete coordenar a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

TABELA 7: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	568
Idosos atendidos	500
Deficientes atendidos	250
Mulheres atendidas	163
TOTAL	1.481

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

Esta Direcção tem coordenado as acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

6.2.7 Justiça, Ordem e Segurança pública

A actividade do Registo Civil, para além de estar a ser realizada na sede do distrito, é complementada pela acção dos três Postos Fixos de Registo Civil que foram montados nos povoados de Anhane, Chicomo e Lihondzuane, com o objectivo de melhor servir as populações daquelas zonas. Foram realizados 5.157 actos com a seguinte distribuição:

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE
Assentos de nascimentos	3.971
Assentos de casamentos	18
Assentos de óbitos	105
Certidões	997

As preocupações com questões de segurança e ordem pública são pequenas. Os assaltos, roubos e ofensas corporais são os crimes mais frequentes no distrito.

6.3 Desminagem

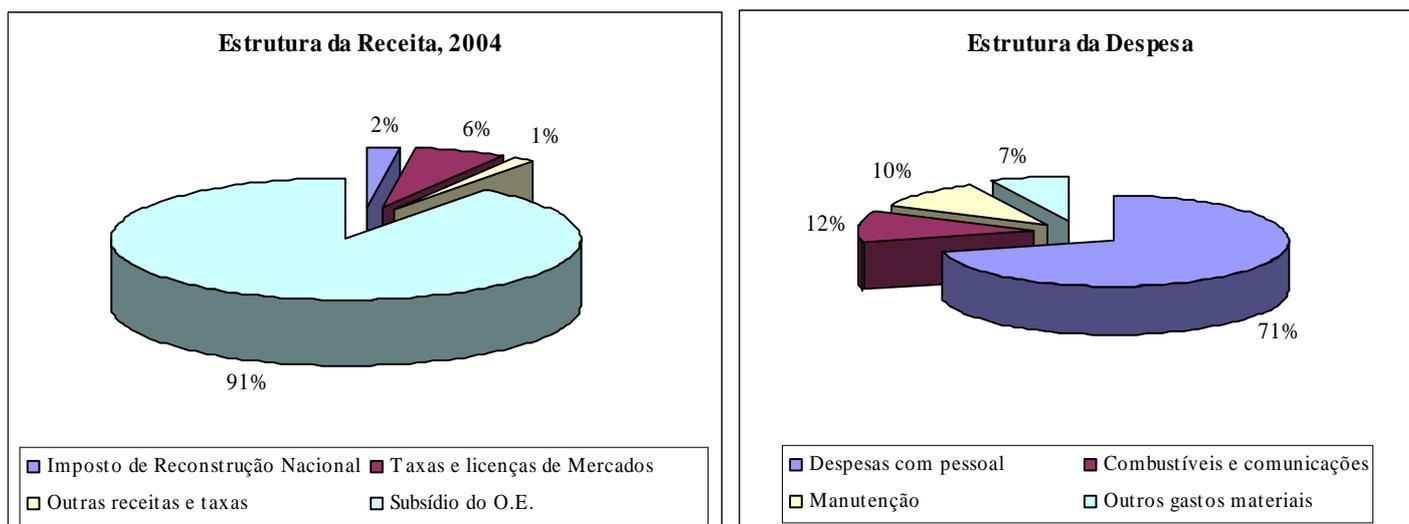
As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente, muito mais controlada e conhecida.

6.4 Finanças Públicas



A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 19 contos por habitante, isto é, cerca de 1 USD. Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem mais de metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é quase nulo, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

6.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem tido vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

6.6 Apoio externo e comunitário

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais, sendo de destacar:

- O INGC foi chamado a monitorar a evolução dos acontecimentos, tendo trabalhado com o PMA na programação da assistência alimentar às vítimas da seca e de outras calamidades.
- A colaboração do PMA consistiu no fornecimento de produtos alimentares destinados a socorrer as vítimas das calamidades, no âmbito do programa “comida pelo trabalho”, priorizando as actividades de rendimento agrícola, manutenção das vias de acesso, construção de salas de aulas e limpeza nos recintos das fontes de água e unidades sanitárias.

- As ONG's que operam no distrito são a CMSR, Malhalhe, ATAP, Reinserção Social, AMODER e o Fundo de Crédito Comunitário. Exceptuando a AMODER que realiza actividades de crédito, todas as ONG's desenvolvem actividades ligadas à agricultura.

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em infra-estruturas, face à falta de fundos existente, de que se destaca a participação activa no quadro do programa “comida por trabalho” na reabilitação e manutenção de estradas interiores, reabilitação e construção de postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros, em materiais locais.

7 Posse e Uso da Terra ²



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das limitações inerentes à natureza e grau de fiabilidade dos dados que suportaram a análise, este capítulo evidencia os principais pontos fortes que fazem deste sector veículo de intervenção privilegiado do desenvolvimento económico e social deste distrito. Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

7.1 Posse da terra

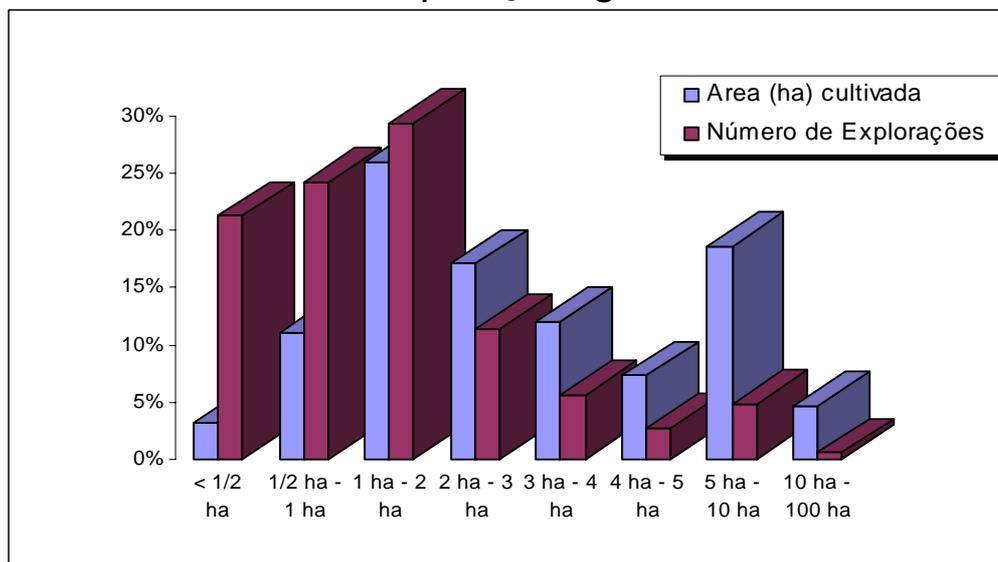
Massinga é um distrito com uma densidade populacional relativamente elevada, sendo de referir a ocorrência de alguns conflitos pela posse de terras e áreas para construção, para cuja solução e moderação, tem contribuído a Administração e a DADR (Serviços de Geografia e Cadastro) em coordenação com anciãos influentes localmente.

O distrito possui cerca de 42 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1.3 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 45% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, apesar de ocuparem somente 15% da área cultivada. Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 40% da área cultivada pertence a somente 9% das explorações do distrito.

² Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 80% dos casos, o homem da família.

FIGURA 5: Estrutura de exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, 60% das 89 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos. Abrangendo em muitos casos pequenas explorações, o seu peso específico em termos de área é, porém, de somente 30%. Um terço das parcelas agrícolas pertencem às autoridades tradicionais e oficiais do distrito.

7.2 Trabalho agrícola

Dada a composição alargada da maioria dos agregados moçambicanos, a estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base da economia familiar, constatando-se que 85% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

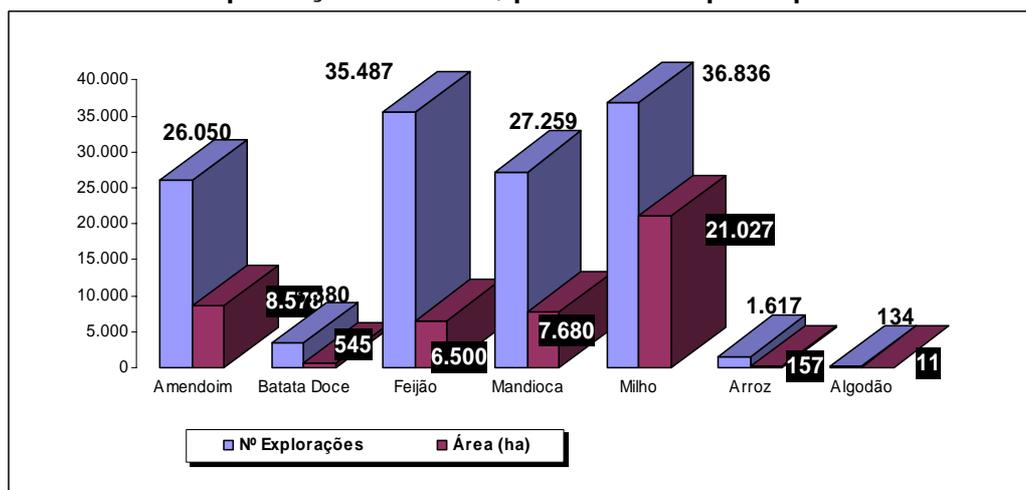
Estas explorações estão divididas em cerca de 89 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas em 55% dos casos por mulheres. De realçar que 30% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

7.3 Utilização económica do solo

7.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim, batata-doce, arroz e algodão.

FIGURA 6: Explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras, coqueiros e cajueiros.

7.3.2 Pecuária e Avicultura

No distrito existem cerca de 22 mil criadores de pecuária e 50 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de comercialização da produção que varia de 3% nos suínos a 9% nos bovinos constituindo, para além do seu valor alimentar, uma fonte importante de rendimento familiar.

7.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente fonte importante de rendimento da população do distrito. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade pesqueira e artesanal, efectuado num conjunto de centenas de explorações económicas.

8 Educação



A maioria da população (59%) do distrito é analfabeta e somente 47% das pessoas com 5 ou mais anos de idade, predominantemente homens, frequentam ou já frequentaram o nível primário do ensino.

TABELA 8: População³, por condição de frequência escolar

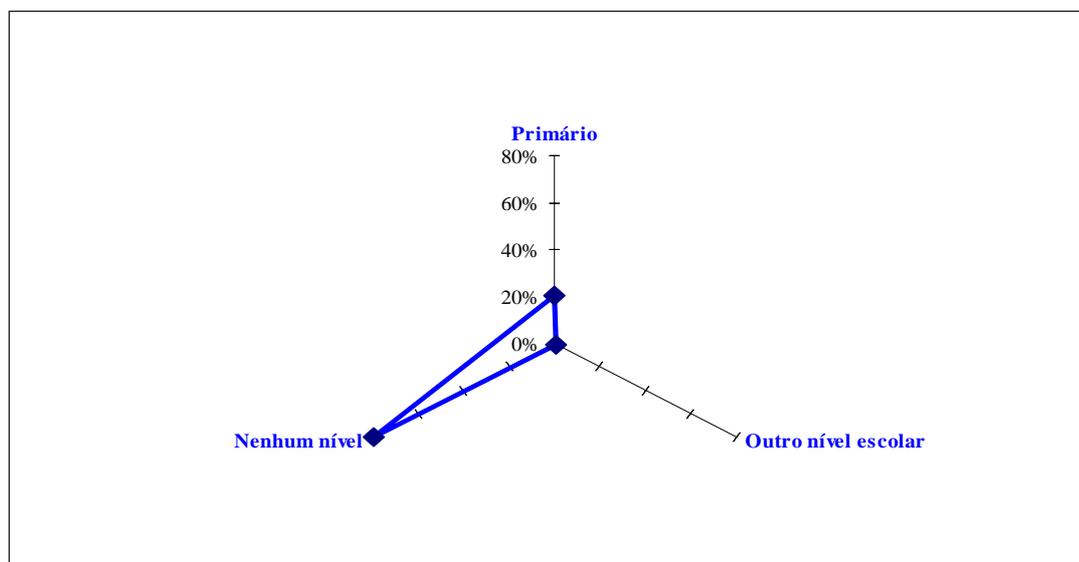
	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MASSINGA	20,6%	11,1%	9,5%	26,4%	13,6%	12,8%	53,0%	16,9%	36,0%
P.A. de MASSINGA	21,3%	11,5%	9,9%	27,9%	14,1%	13,8%	50,8%	16,1%	34,7%
P.A. de CHICOMO	18,5%	9,9%	8,6%	22,2%	12,0%	10,2%	59,3%	19,4%	39,8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 67% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a tardia entrada na escola da maioria das crianças rurais.

A maioria destas crianças são rapazes que frequentam o ensino primário, dada a insuficiente ou inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino no distrito.

FIGURA 7: População⁴, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

³ Com 5 ou mais anos de idade.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 9: População⁵, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE MASSINGA	20,6%	0,1%	20,2%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	79,4%
5 - 9 anos	36,4%	0,0%	36,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	63,6%
10 - 14 anos	67,0%	0,0%	66,9%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	33,0%
15 - 19 anos	22,6%	0,5%	20,6%	1,3%	0,1%	0,1%	0,0%	77,4%
20 - 24 anos	2,2%	0,0%	1,3%	0,6%	0,2%	0,0%	0,0%	97,8%
25 e + anos	0,5%	0,1%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,5%
HOMENS	26,6%	0,2%	26,0%	0,4%	0,1%	0,0%	0,0%	73,4%
MULHERES	16,3%	0,1%	16,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	83,7%
P.A. de MASSINGA	21,3%	0,1%	20,9%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	78,7%
P.A. de CHICOMO	18,5%	0,2%	18,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	81,5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população com mais de 5 anos de idade, verifica-se que somente 14% concluiu algum nível de ensino. Destes, 92% completaram o ensino primário e 3% o nível de ensino secundário. Os restantes níveis de ensino representam somente 5% do efectivo escolarizado.

Este cenário é agravado no P.A. de Chicomo, onde somente 9% da população com mais de 5 anos completou algum nível de escolarização.

TABELA 10: População⁶, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE MASSINGA	13,6%	0,6%	12,5%	0,4%	0,1%	0,1%	0,0%	86,4%
5 - 9 anos	0,6%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,4%
10 - 14 anos	6,2%	0,0%	6,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	93,8%
15 - 19 anos	26,7%	0,6%	25,7%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	73,3%
20 - 24 anos	29,4%	0,2%	27,7%	1,2%	0,2%	0,1%	0,0%	70,6%
25 e + anos	13,4%	1,1%	11,5%	0,5%	0,1%	0,2%	0,0%	86,6%
HOMENS	17,6%	1,0%	15,7%	0,7%	0,1%	0,1%	0,0%	82,4%
MULHERES	10,7%	0,3%	10,2%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	89,3%
P.A. de MASSINGA	15,1%	0,5%	13,9%	0,5%	0,1%	0,1%	0,0%	84,9%
P.A. de CHICOMO	9,2%	0,6%	8,3%	0,2%	0,0%	0,1%	0,0%	90,8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A situação global descrita reflecte, para além de factores socio-económicos, o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, apesar de terem vindo a evoluir a um

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

ritmo significativo, serem insuficientes, o que é agravado por taxas de aproveitamento baixas em algumas localidades do distrito.

TABELA 11: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	Nº de Escolas	Nº de Alunos		Nº de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	96	17.200	35.740	176	535
EP1	83	14.450	29.640	155	420
EP2	12	2.026	4.339	15	75
ESG I	1	724	1.761	6	40

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores das escolas do distrito tem uma formação escolar baixa, em média com a 6ª classe e um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

9 Saúde e Acção Social

9.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 23 mil pessoas;
- Uma cama por 3.500 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 3.800 residentes no distrito.

TABELA 12: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente, por Posto Administrativo	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
Nº de Unidades	10	0	1	7	2			
Nº de Camas	92	0	22	70	0			
Pessoal Total	68	0	11	49	8	68	29	39
- Licenciados	3	0	1	2	0	3	1	2
- Nível Médio	10	0	3	7	0	10	4	6
- Nível Básico	25	0	3	18	4	25	10	15
- Nível Elementar	22	0	3	15	4	22	10	12
- Pessoal de apoio	8	0	1	7	0	8	4	4

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

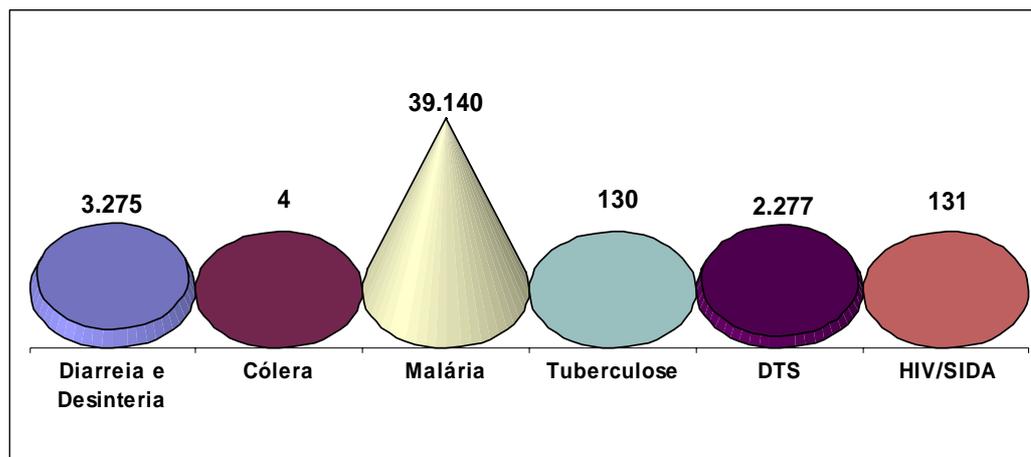
TABELA 13: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	83,3%
Partos	3.269
Vacinação	117.034
Saúde materno-infantil	174.170
Consultas externas	147.377
Taxa de mortalidade hospitalar	1,6%
Taxa de baixo peso à nascença	4,7%
Taxa de mau crescimento	2,2%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

FIGURA 8: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

9.2 Acção Social



A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

Em Massinga existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 6 mil órfãos (dos quais 20% de pai e mãe) e cerca de 5.500 deficientes (73% com debilidade física, 13% com doenças mentais e 14% com ambos os tipos de deficiência).

TABELA 14: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE MASSINGA	6.127
Homens	2.384
Mulheres	3.743
5 - 9 anos	1158
10 - 14 anos	2177
15 - 19 anos	2792
P.A. de MASSINGA	4.486
P.A. de CHICOMO	1.641

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 15: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE MASSINGA	5573	4076	739	758
0 - 14	863	484	190	189
15 - 44	2332	1576	341	415
45 e mais	2378	2016	208	154
P.A. de MASSINGA	4236	3133	544	559
P.A. de CHICOMO	1337	943	195	199

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Esta Direcção tem coordenado as acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Desde o ano 2000, foram reunificadas com as suas famílias cerca de 570 crianças perdidas e órfãs, foram identificadas beneficiando de apoios 160 mulheres e 500 idosos, e foram assistidas 250 pessoas portadoras de deficiência, das quais 11 receberam já prótese ou triciclos de auxílio.

TABELA 16: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	568
Idosos atendidos	500
Deficientes atendidos	250
Mulheres atendidas	163
TOTAL	1.481

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

10 Género



O distrito de Massinga tem uma população estimada de 228 mil habitantes - 131 mil do sexo feminino - sendo 14% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

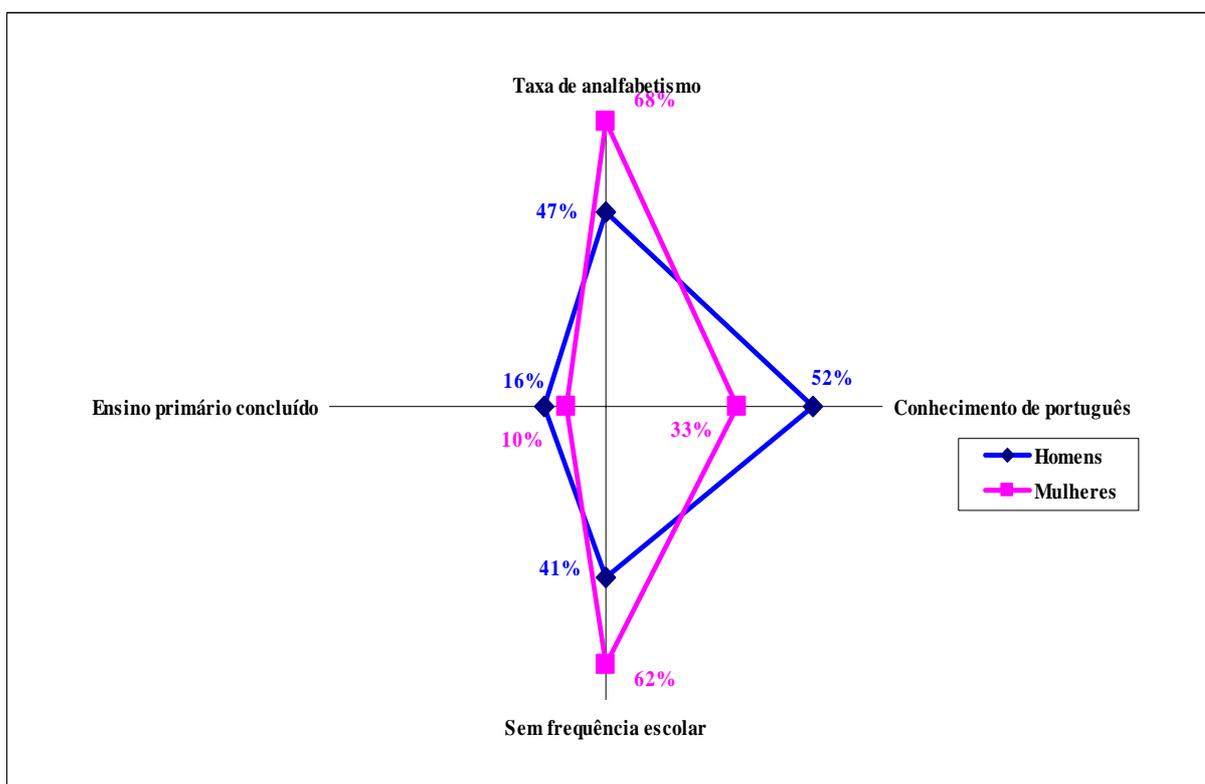
10.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Chichopi*, só metade das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 68%, sendo de 47% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 62% nunca frequentaram a escola e somente 10% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 62% das crianças do sexo feminino frequenta a escola, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das crianças rurais, sobretudo meninas.

FIGURA 9: Indicadores de escolaridade, por sexos



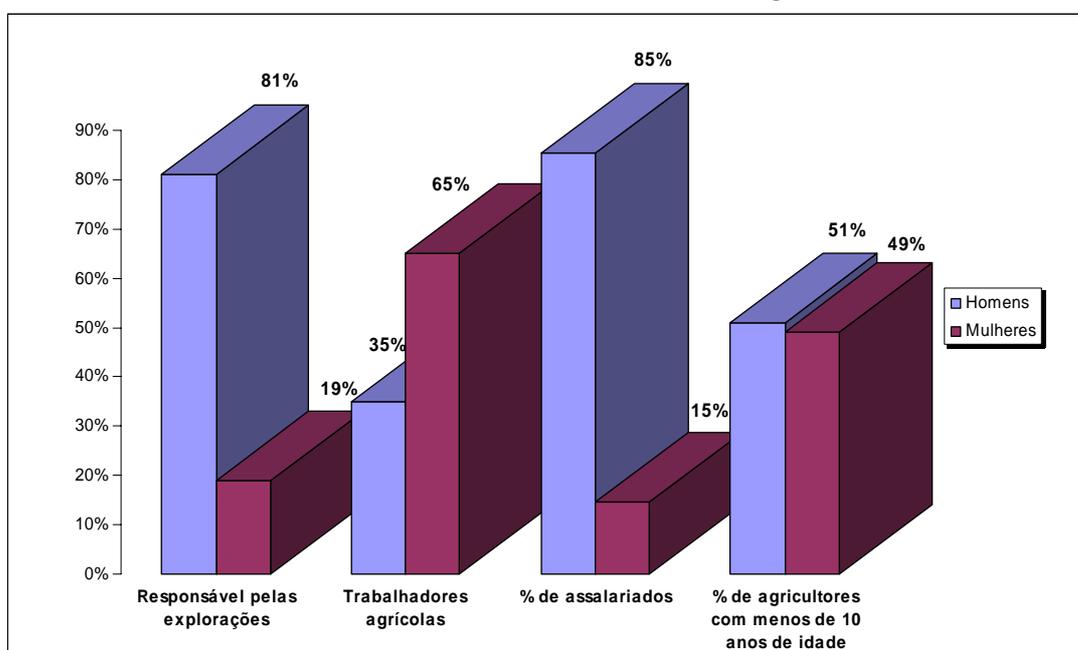
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 131 mil mulheres, 82 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procura emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 61 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego feminino de 26%, semelhante à dos homens.

As explorações agrícolas estão divididas em cerca de 89 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas em 55% dos casos por mulheres. De realçar que 30% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais 49% são raparigas.

FIGURA 10: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 93% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria;
- 5% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal; e
- As restantes 2% são, na maioria, trabalhadoras do sector de educação e saúde e de outros ramos de actividade.

Nestes dois sectores chave da vida social a situação da mulher trabalhadora é, curiosamente, inversa. Assim, enquanto nos professores só 33% são mulheres, verifica-se que 68% dos técnicos de saúde do distrito são profissionais femininas.

10.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 47 funcionários existentes só 12 são senhoras, em geral em posições inferiores da carreira administrativa.

11 Actividade Económica

11.1 População economicamente activa

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.3, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 13 pessoas em idade activa.

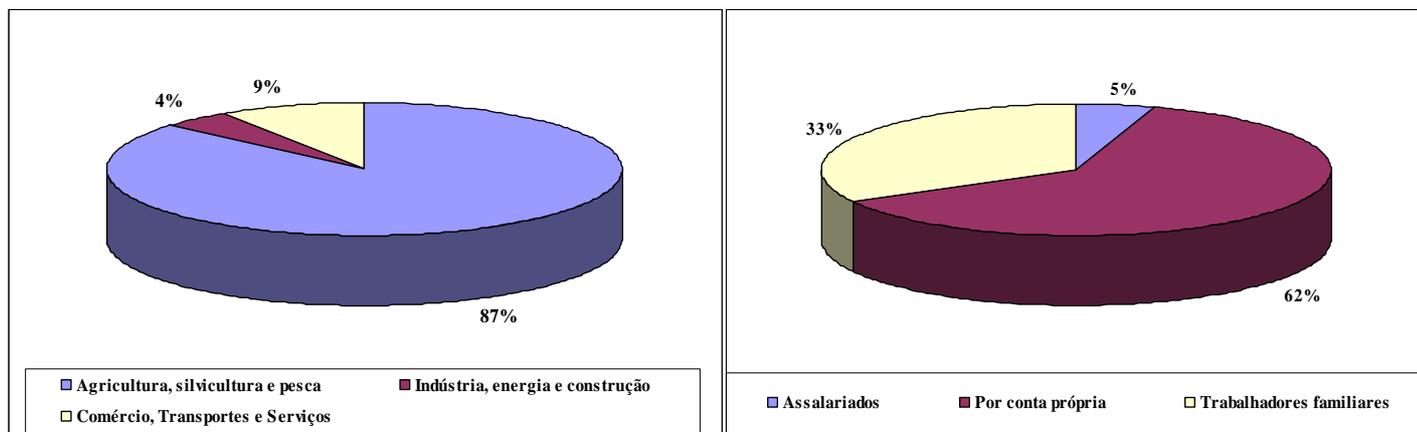
De um total estimado de 228 mil habitantes, 131 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 97 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 26%.

Destes, 95% são trabalhadores familiares ou por conta própria, e na sua maioria mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é somente de 5% da população activa e, de forma inversa, é dominada por homens (as mulheres assalariadas representam apenas 15% do total de assalariados).

A distribuição segundo a posição no processo de trabalho e o ramo de actividade reflecte, naturalmente, a actividade dominante agrária do distrito, que ocupa 86% da mão-de-obra activa do distrito (63%, por conta própria e 36% em regime de exploração familiar).

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 4% e 9% da população activa, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, onde trabalham cerca de 7% do total de pessoas activas e 5% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 11: População activa⁷, processo de trabalho e actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁷ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 17: População activa⁸, processo de trabalho e actividade, 2005

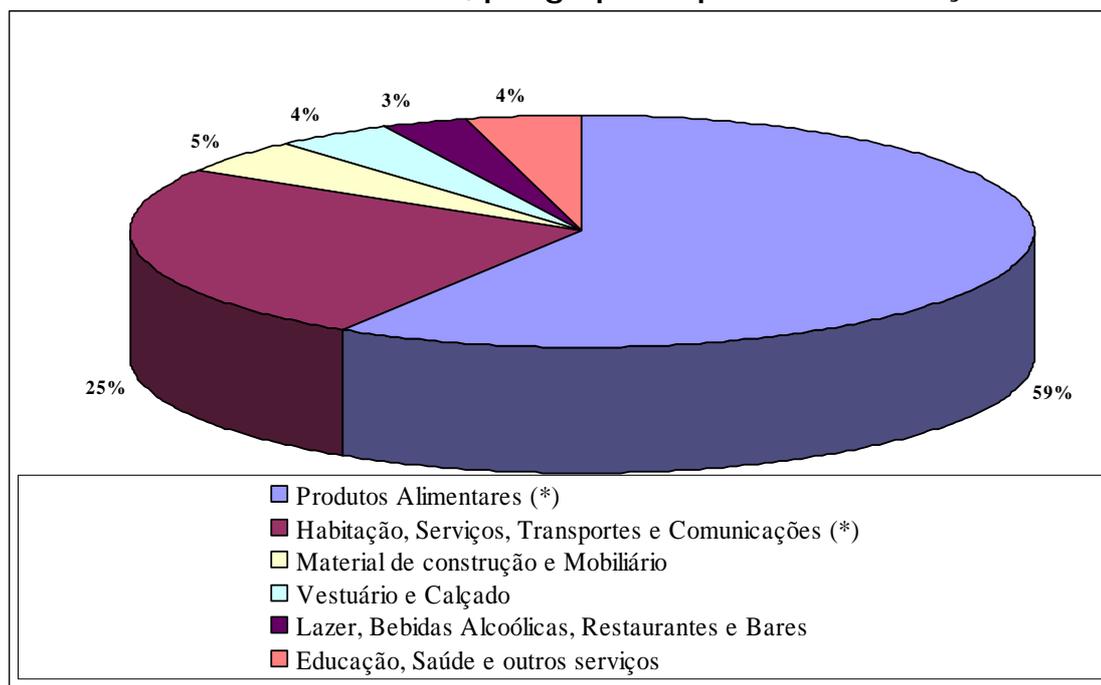
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector Coop.	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE MASSINGA	96.861	5,0%	1,3%	3,7%	0,1%	61,4%	33,1%	0,5%
- Homens	36.354	4,2%	1,0%	3,2%	0,1%	22,1%	10,7%	0,4%
- Mulheres	60.507	0,7%	0,3%	0,5%	0,0%	39,3%	22,4%	0,0%
Agricultura, silvicultura e pesca	83.711	0,8%	0,1%	0,7%	0,1%	54,3%	31,2%	0,1%
Indústria, energia e construção	4.150	2,1%	0,3%	1,8%	0,0%	1,7%	0,3%	0,2%
Comércio, Transportes e Serviços	9.000	2,1%	0,9%	1,2%	0,0%	5,4%	1,6%	0,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

11.2 Rendimento e consumo familiar

O distrito de Massinga tem um Índice de Incidência da Pobreza ⁹ estimado em cerca de 60% no ano de 2003¹⁰. Com um nível médio mensal das receitas familiares estimado em 1.000 contos (46% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria), a população do distrito apresenta um padrão de consumo influenciado por estes dois factores, e concentrado nos produtos alimentares (59%) e na habitação, água e energia e combustíveis (25%).

FIGURA 12: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

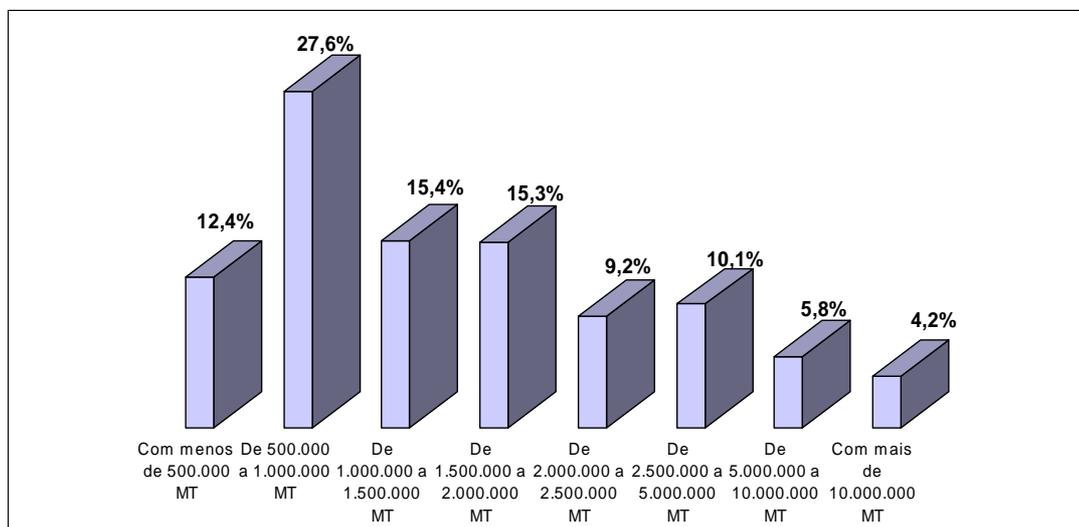
⁸ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

⁹ O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

¹⁰ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 71% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 2.000 contos.

FIGURA 13: Distribuição das famílias, por rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

11.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência

O distrito de Massinga tem sido bastante afectado por secas e estiagem prolongada, bem como algumas inundações, sendo de destacar, recentemente:

- O ciclone Jafett (Março 2003) que assolou grande parte do território do distrito, causando vítimas mortais e destruições de vária ordem, desde habitações, salas de aulas, estradas e campos agrícolas, incluindo o derrube de árvores de fruta, que constituem a base alimentar das famílias locais;
- A estiagem que afectou grande parte dos campos agrícolas, a tal ponto de requerer assistência alimentar, principalmente para as famílias residentes no interior, que se viram obrigadas a emigrar para as zonas com relativa produção nas baixas; e
- A persistência das chuvas que se fizeram sentir no final de 2003, provocou danos consideráveis no edifício da Estação de Captação de Água, agravando ainda mais o problema de abastecimento de água. Foi necessário retirar os equipamentos que ficaram soterrados em resultado do desabamento do paredão de protecção.

Estes desastres causaram sérios prejuízos à economia familiar do distrito. Dados do levantamento dos “Médicos sem Fronteiras” permitem estimar em 1 mês a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, estimando-se que 10% da sua população, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por

mulheres, esteja em situação potencialmente vulnerável.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres e a caça. As famílias com homens activos recorrem, ainda, ao trabalho remunerado na RSA, para além de outras fontes de rendimento, nomeadamente, a venda de bebidas tradicionais.

Para fazer face à situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (DPCCN) o PESU (Programa de Emergência de Sementes e Utensílios), a Save the Children Federation USA (SCF) e a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), cuja actuação inclui a entrega de alimentos do programa “comida pelo trabalho”, a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas.

11.4 Infra-estruturas de base



O distrito de Massinga é atravessado em toda a sua extensão pela EN1, que o liga, a Norte, com o distrito de Vilankulo, e a sul, com o de Morrumbene, sendo servido por transporte rodoviário. A maioria da sua **rede de estradas** interiores e de ligação com outros distritos, com uma extensão de 600 km, encontra-se em estado transitável.

TABELA 18: Rede de Estradas

Localização	Dimensão (km)	Classificação	Transitável (S/N)	Reabilitada (S/N)
Mahocha-Nhachenque	90	EN	sim	sim
Massinga-Funhalouro	180	ER	sim	não
Massinga-Pomene	70	ER	sim	sim
Massinga-Marilane	178	NC	sim	não
Massinga-Manhenge	70	NC	sim	não
Massinga-Mucuacua-Muvamba	63	NC	sim	não
Massinga-Morrumbene	40	EN	sim	não

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária.

O **abastecimento de água** potável a muitas comunidades é deficiente. Existem povoados que distam 21Km da fonte de água mais próxima, havendo outros cujas populações têm que percorrer até meio dia para a alcançar.

Existem furos em algumas localidades, equipados com bombas. A principal instituição activa no sector é a Água Rural que tem organizado estágios de manutenção de bombas de água, cujos beneficiários são os membros da comunidade, incluindo mulheres. As peças sobressalentes para as bombas podem ser adquiridas no mercado local, o que não obsta, porém, aos problemas de operacionalidade existentes.

A participação comunitária no sector da água manifesta-se pela colaboração na montagem, compra de peças e manutenção das bombas.

De acordo com os dados do Censo de 1997, só a vila de Massinga beneficia de **energia eléctrica**, que cobre cerca de 1% da população total do distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas e pontes quase na época das chuvas tem problemas de transitibilidade.

11.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

11.5.1 Zonas agro-ecológicas



O distrito de Massinga não possui forte apetência para a actividade agrícola, podendo-se dividir em duas zonas agro-ecológicas ou de produção, principais:

- **Zona A (R25):** Chamada a zona do interior, compreende as localidades de Chicomo,

Liondzane e Malamba. Apresenta em toda a sua extensão solos franco-arenosos, vermelhos ou ferralíticos e algumas bolsas de aluvião. A precipitação média anual oscila entre os 600 e 750 mm e as características dos solos não permitem a retenção de água.

Praticam-se as culturas de milho, feijão-nhamba, amendoim, mandioca, feijão jugo, batata-doce, mapira e mexoeira. As principais actividades de subsistência dos camponeses nesta zona incluem a caça, o corte e venda de estacas, a criação de animais de pequeno porte (cabritos, galinhas e patos) e pequenos negócios nos mercados informais.

- *Zona B (R33)*: Esta zona compreende a zona litoral do distrito, abrangendo parte do Posto Administrativo de Massinga Sede e as localidades de Rovene e Guma, e a localidade de Malamba pertencente ao Posto Administrativo de Chicomo. Os solos são em geral franco-arenosos com ocorrência de algumas bolsas de machongos nas terras baixas. A precipitação média anual situa-se em 1.200 mm. Prevalecem nesta região inundações, sobretudo nas terras baixas, sendo também frequentes secas cíclicas.

As culturas praticadas são em geral as mesmas da Zona A, acrescentando-se as culturas permanentes, nomeadamente, coqueiros e cana-de-açúcar praticadas ao longo da costa e nas baixas, respectivamente. As actividades de subsistência incluem, para além da agricultura, a comercialização de copra, cocos, corte de caniço, pesca artesanal, produção e venda de bebidas alcoólicas tradicionais feitas com base na cana-de-açúcar, venda de fruta e criação de gado bovino.

11.5.2 Infra-estruturas e equipamento

O distrito possui cerca de 150 hectares de regadios não operacionais por avarias de equipamentos e destituições causadas pelas cheias. Está em curso um plano para a sua reabilitação, mas a capacidade financeira dos proprietários e utentes é um entrave à sua célere implementação.

11.5.3 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais, nomeadamente mapira e milho, embora os camponeses ainda produzam amendoim e feijão nhamba sem grande sucesso, assim como no caso da cultura do milho.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, uma vez que as condições climáticas determinam uma colheita por ano (época das chuvas), nem sempre

bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

Em resumo, a irregularidade da precipitação, a grande vulnerabilidade às calamidades naturais condiciona o potencial de produção agrícola às áreas irrigadas existentes, de pequena dimensão, já que a região é considerada marginalmente apta para o desenvolvimento de agricultura irrigada.

TABELA 19: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	61.614	19.716	18.400	3.680	17.560	4.140
Arroz	538	753	516	671	536	643
Mapira	5.895	3.596	6.529	3.330	5.876	2.409
Amendoim	9.111	6.195	10.090	3.027	9.081	2.815
Mandioca	8.575	39.454	9.497	47.485	8.547	41.880
Feijões	10.719	1.715	11.871	1.187	10.684	1.603
Total	96.452	71.429	56.903	59.380	52.284	53.491

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

11.5.4 Pecuária



O fomento pecuário tem sido fraco. Porém, a tradição na criação de gado conduziu ao crescimento do efectivo bovino de 8 mil cabeças em 2000, para cerca de 11.400 em 2004, cuja exploração é feita por vários criadores privados e familiares, servidos por algumas infra-estruturas de apoio.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar e comercialização são a galinha, o cabrito, o porco e o boi. É prática corrente o recurso a animais de tracção, principalmente bois e burros. As doenças e a falta de recursos financeiros para a aquisição de mais efectivos constituem a grande limitação ao desenvolvimento da actividade.

Dada a existência de boas áreas de pastagem e de fontes de água próximas, existem boas condições para o desenvolvimento da pecuária no distrito, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

11.5.5 Pescas, Florestas e Fauna bravia

O distrito debate-se com problemas de erosão e de desflorestamento. A lenha e o carvão são os principais combustíveis domésticos. A madeira é muito utilizada na construção das casas, principalmente a madeira de simbirre, junto com outros materiais. As espécies de árvore mais importantes para as famílias são as que fornecem madeira e fruta. Destas constam o cajueiro, os citrinos, a chanfuta e a umbila, o pinheiro e o jambirre.

Coqueiros, cajueiros, citrinos, papaieiras e bananeiras são as árvores de fruto mais plantadas no distrito. O principal obstáculo ao desenvolvimento da fruticultura inclui a insuficiência de sementes, a seca, as pragas e a falta de hábito.

A fauna bravia fornece um suplemento importante para a alimentação das famílias locais, muito embora as mesmas não atribuam muita importância a este tipo de alimento. As espécies mais frequentemente caçadas incluem o cabrito amarelo e cinzento e a galinha-do-mato. Sendo um distrito costeiro, o peixe está, naturalmente, incluído nos hábitos alimentares das famílias.

11.6 Exploração Mineira

O distrito de Massinga inclui algumas zonas da área de direitos de exploração do gás, ainda que não esteja abrangido pela actual zona de processamento e produção.

Todavia, este empreendimento constitui, para toda a região, uma plataforma de desenvolvimento importantíssima que, se devidamente integrada, poderá conduzir ao rápido desenvolvimento económico e social de toda a província de Inhambane.

11.7 Indústria, Comércio e Serviços

O distrito está bem integrado nas redes de mercados da região sul do país. O escoamento de muitos produtos faz-se por intermédio de comerciantes de Maputo e de outras partes da província.

A rede comercial do distrito funciona com 112 lojas, não se incluindo as bancas por estas se encontrarem em processo de transformação em comércio precário. Há a salientar que os dados acima apenas de referem aos estabelecimentos operacionais, já que existem 28 estabelecimentos inoperacionais, distribuídos pela zona urbana e rural.

Existem ainda uma fábrica de sabão, sete moageiras, sete oficinas, 15 carpintarias, três estações de serviço e duas padarias, todas operacionais, embora a maioria das oficinas e

carpintarias funcione ao ar livre.

Neste distrito está localizada a Reserva de Pomene com 200 km² de extensão, que pode ser um polo de desenvolvimento turístico importante. De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Moçambique, recomenda-se o desenvolvimento integral desta zona, isto é, praia, mar e reserva. O tipo de turismo a ser desenvolvido nesta zona deverá ser de alta qualidade e com empresários turísticos de experiência comprovada.

O distrito de Massinga não possui nenhum sistema formal de crédito implantado. As possibilidades de acesso ao crédito derivam de prática no sector informal, nomeadamente dos comerciantes locais.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Massinga

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Aldeia/Povção	
1	Arnaldo Hafo Zunguze	Chefe tradicional	M				
2	José Chelene Mapera	Chefe tradicional	M				
3	Alberto Makotsene Covele	Secretário do círculo	M				
4	Alexandre João Siteo	Secretário do círculo	M				
5	Lourenço P. Mujoote	Secretário do círculo	M				
6	Bernardo Faife Manhice	Secretário do círculo	M				
7	Aminoce F. Nhanjane	Secretário do círculo	M				
8	Lourenço Zefanias Govene	Secretário do círculo	M				
9	Henrique João Mugaduia	Secretário do círculo	M				
10	Paulo Manuel Mahie	Secretário do círculo	M				
11	Jane Nhapale	Secretário do círculo	M				
12	António Cauiane	Secretário do círculo	M				
13	Bernardo Daiza Poco	Secretário do círculo	M				
14	Sebastião Daiza	Secretário do círculo	M				
15	Fernando Macome Tivane	Secretário do círculo	M				
16	José Falusso Novele	Secretário do círculo	M				
17	Carlos Wainda Vilanculos	Secretário do círculo	M				
18	Salatiel U. Mafume	Secretário do círculo	M				
19	Arnaldo S. Malumbane	Secretário do círculo	M				
20	Felisberto A. Magaduia	Secretário do círculo	M				
21	Alexandre Jossai Mazive	Secretário do círculo	M				

Autoridade tradicional

22	Ernesto João Chithume	Secretário do círculo	M				
23	Ricardo Senela Manhice	Secretário do círculo	M				
24	António Faela Zunguze	Secretário de Círculo	M				
25	Ranito Ulissene Matsinhe	Secretário de Círculo	M				
26	Samuel Saela Gujamo	Secretário de Círculo	M				

Documentação consultada

Administração do Distrito de Massinga, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*

Administração do Distrito de Massinga, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*

Direcção de Agricultura da Província de Inhambane, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Inhambane, Maio 2004.*

Direcção de Agricultura da Província de Inhambane, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Inhambane, 2002.*

Direcção Provincial da Educação de Inhambane, *Relatório de Actividades, 2004.*

Direcção Provincial de Saúde de Inhambane, *Relatório de Actividades, 2004.*

District Development Mapping Project, *Perfil de Massinga, 1995.*

Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Inhambane, 2001.*

Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*

Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*

J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*

Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*

MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*

MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*

MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios na Zona Sul - Fase 3, Volume I, Relatório Final, Junho 2002.*

Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*

Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil Estatístico Sanitário da Província de Inhambane, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005